

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

GENILDA D'ARC BERNARDES*

Em A ordem do discurso, Foucault finaliza sua exposição desafiando os que o tacham de estruturalista. “E agora, os que têm lacunas de vocabulário que digam – se isso lhes soar melhor – que isto é estruturalismo” (p. 70).

Primeiro, uma resenha não começa pelo final. Segundo, mais do que encaixar o autor em modelos teóricos precisos, os objetivos que delineiam esta reflexão é repor os caminhos metodológicos apresentados pelo autor em sua aula inaugural no Collège de France em 1970, ao assumir a vaga do pensador hegeliano Jean Hyppolite, a qual culmina com o questionamento: “se a filosofia deve começar como discurso absoluto, o que acontece com a história e o que é esse começo que se inicia com um indivíduo singular, em uma sociedade, em uma classe social e em meio às lutas” (p. 77). Questão que o leva a confrontar com expoentes universais como Marx, Fichte, Bergson, Kierkegaard e Husserl.

A importância dessa obra deve-se ao fato de ela constituir um elo de ligação entre História da loucura, As palavras e as coisas, Arqueologia do saber (todas da década de 1960, com análises voltadas para as condições de possibilidades das ciências humanas) e as que se seguiram ao maio de 68, centradas na apreciação da microfísica do poder. Com Vigiar e punir, Foucault busca desvendar a relação entre as práticas discursivas e os poderes que as per-

meiam, delineando artifícios que moldam e controlam os discursos na sociedade. Para o autor, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder de que queremos nos apoderar” (p. 10).

A crítica desenvolvida pelo autor descortina indagações acerca da institucionalização do discurso, que lhe confere poderes de exclusão e de interdição. Ao mesmo tempo, essa crítica assegura caminhos metodológicos que, ao modo da arqueologia, possibilitam acessar novas camadas, mais superficiais ou mais profundas; conjuntos, às vezes numerosos, densos e intercambiáveis, porém nunca lineares. Ao final, Foucault baliza o que denomina “conjunto genealógico”, lançando o projeto de estudo das interdições que atingem o discurso da sexualidade. Sua hipótese é a de que “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (p. 9).

As interdições, em nossa sociedade, revelam o que Foucault nomeia como tabu do objeto (que não se tem o direito de dizer tudo), ritual da circunstância (que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância), direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala (que qualquer um não pode falar de qualquer coisa). Esses três tipos de interdições cruzam-se, formando uma grade complexa.

Ele ressalta, ainda, que as regiões da sexualidade e as da política constituem, em

* Doutora em Sociologia pela UnB, colaboradora do Programa de Mestrado em Sociologia da UFG e coordenadora de pesquisa do Centro Universitário UniEvangélica. E-mail: genilda@hotmail.com.

nossos dias, o locus privilegiado onde os discursos exercem seus poderes, pois as interdições a que lhes são submetidas desvendam sua ligação com o desejo e com o poder.

Essa evidência não é nova, correspondendo à produção do discurso. A exemplo, desde a alta Idade Média, louco era aquele cujo discurso não podia circular como os das outras pessoas, pois suas palavras eram consideradas nulas, portanto, despossuídas de verdade, ou, ao contrário, às vezes, se eram ouvidas, eram-lhe atribuídos estranhos poderes de predição de uma verdade escondida – de predizer o futuro. “De qualquer modo, excluída ou secretamente investida pela razão.” A sua palavra não era ouvida ou caía no nada. Porém, era através de sua palavra que se exercia a separação entre razão ou loucura.

Um outro sistema de exclusão refere-se à relação/oposição entre o falso e o verdadeiro. O verdadeiro (poetas gregos, século VI) estava revestido de poder, de terror; era ao qual devia submeter-se, o discurso pronunciado por quem de direito, conforme o ritual requerido. Posteriormente, as grandes modificações científicas podem ser vistas como a aparição de novas formas na vontade de verdade, tendo nos séculos XVII e XVIII o contexto para a construção do novo paradigma da verdade, marcado pela emolduração do método no desenho de planos de objetos possíveis, observáveis, mensuráveis, classificáveis, portadores de nova relação saber–poder. Discurso com suporte institucionalizado através da prática pedagógica, dos sistemas de publicação, da dinamização das bibliotecas, criando, portanto, um sistema de valorização material e simbólica que funciona como elemento de exclusão de outras formas de saberes.

Porém, os discursos, como mecanismos de enunciação, contêm procedimentos internos tendentes ao controle e, sobretudo, princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, como se tratasse, dessa vez, de submeter outra dimensão do discurso: “a do acontecimento e do acaso”.

As disciplinas agregam-se aos anteriores saberes, também, como um princípio de limitação e de controle da produção de discursos. Porém, diferenciam-se deles ao fixar os limites pelo jogo

de uma identidade que tem a forma de reatualização permanente das regras, ao se constituir numa espécie de sistema anônimo (objeto, métodos, corpus de proposições, jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos) à disposição de quem quer ou pode servir-se dele.

Rituais da palavra, sociedades do discurso, grupos doutrinários e apropriações sociais cessam as digressões realizadas por Foucault na busca de problematizar sistemas que, às vezes, se interpenetram e garantem a distribuição dos sujeitos que falam nos diferentes tipos de discurso e a apropriação dos discursos por certas categorias de sujeito.

Indaga, o autor, até que ponto alguns temas da filosofia reforçaram os sistemas de sujeição do discurso, ao “propor uma verdade ideal como lei do discurso e uma racionalidade imanente como princípio de seu desenvolvimento, reconduzindo também uma ética do conhecimento que só promete a verdade ao próprio desejo da verdade e somente ao poder de pensá-la” (p. 45).

A prática sofisticada do pensamento ocidental procurou desenhar caminhos para que o discurso ocupasse o menor lugar possível entre o pensamento e a palavra. A ele foi relegado o papel, nada além, de signos visibilizados pelas palavras, suprimindo a realidade do discurso.

Entre outros, destacam-se o tema do sujeito fundante, que, na sua relação com o sentido, dispõe de signos, marcas, traços e letras, cuja manifestação prescinde da instância singular do discurso, assumindo a forma de escritura, que é o tema da experiência originária, no qual o discurso exerce um papel comparável ao anterior. Nele, assume a validade de uma discreta leitura, uma vez que a proximidade com o mundo edificaria a possibilidade de “falar dele, nele, de designá-lo e nomeá-lo, de julgá-lo ou de conhecê-lo, finalmente sob a forma de verdade” (p. 48). No tema da mediação universal, o discurso anula-se ao se inscrever na ordem do signifiante, pois nele pressupõe que “exista um movimento de um logos que eleva as singularidades até o conceito e que permite à consciência imediata desenvolver finalmente toda a racionalidade do mundo”, assumindo o jogo da troca (p. 48).

Desvendar esse jogo implica, para Foucault, certos mecanismos metodológicos: princípio de inversão, princípio de descontinuidade, princípio de especificidade e princípio de exterioridade. O primeiro trata de substituir na fonte dos discursos a crença da existência de um princípio de expansão e de sua continuidade na figura do autor, da disciplina, da vontade, pelo reconhecimento da descontinuidade através do jogo negativo de um recorte e de uma rarefação do discurso. O segundo pressupõe que os discursos devem ser tratados com práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se excluem. O terceiro parte da consideração de que não se deve transformar o discurso em um jogo de significações prévias, pois o mundo não é cúmplice de nosso conhecimento e, portanto, apresenta-se como uma face legível a ser decifrada por nós. Em última instância, o discurso constitui uma violência que imprimimos ao mundo. O quarto, ao considerá-lo prática impositiva, aponta que os acontecimentos do discurso encontram o princípio da regularidade. Essa postura significa que não se deve passar do discurso para o interior de um pensamento ou de uma significação que nele se manifestariam.

A esses princípios, Foucault acrescenta quatro noções reguladoras da análise: a noção de acontecimento, a de série, a de regularidade, a de possibilidade. Estas opõem-se às que dominaram a história tradicional das idéias na qual se buscava o ponto da criação, a unidade de uma obra, de uma época, de um tema, a marca da originalidade individual e o tesouro indefinido das significações ocultas. Defende o autor o ponto de vista de que a história não desvia dos acontecimentos, alarga-os ao descobrir neles novas camadas, mais superficiais e mais profundas, numa perspectiva de que a "história não considera um elemento sem definir a série da qual ele faz parte, sem especificar o modo de análise da qual esta depende, sem procurar conhecer a regularidade dos fenômenos e os limites de probabilidade de sua emergência, sem interrogar-se sobre as variações, as inflexões e a configuração da curva, sem querer determinar as condições das quais dependem" (p. 56).

Foucault pondera que, se os discursos devem ser tratados antes como conjuntos de

acontecimentos discursivos, que estatuto convém dar a noção de acontecimento? O acontecimento não é substância nem acidente, nem qualidade nem processo; o conhecimento não é da ordem do corpo. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva. Não constitui ato nem propriedade de um corpo. Avançando na indagação, se os acontecimentos discursivos devem ser tratados como séries homogêneas, mas descontínuas umas em relação às outras, que estatuto convém dar a esse descontínuo? Ele próprio avalia que "não se trata, bem entendido, nem da sucessão dos instantes do tempo, nem da pluralidade dos diversos sujeitos pensantes; trata-se de cesuras que rompem o instante e dispersam o sujeito em uma pluralidade de posições e de funções possíveis" (p. 58). Trata-se, portanto, de uma teoria das sistematicidades descontínuas.

Tais considerações encaminham para os princípios que devem direcionar a análise do discurso. Um conjunto crítico através do qual propõe a prática da inversão, que consiste em procurar cercar, nos discursos, as formas da exclusão, da limitação, da apropriação; mostrar como se formaram, para responder a que necessidades, como se modificaram e se deslocaram, que força exerceram efetivamente e em que medida elas foram contornadas.

As descrições críticas e as genealógicas devem alternar-se, apoiar-se umas nas outras e complementarem-se. As primeiras procuram destacar os princípios de ordenamento, de exclusão, de rarefação do discurso. As segundas detêm-se, nas séries da formação efetiva do discurso, procurando apreendê-lo em seu poder de afirmação. Essa prática é entendida por Foucault como o poder de constituir domínios de objeto, a propósito dos quais se poderiam afirmar ou negar proposições verdadeiras ou falsas.

Retorno ao início da exposição: mais do que tentar emoldurar, apressadamente, a obra de Foucault de estruturalista, o leitor deveria embrenhar-se pelos três eixos – o eixo da verdade, com História da loucura na idade clássica, O nascimento da clínica, As palavras e as coisas; o eixo do poder, com Vigiar e punir, A vontade de saber, História da sexualidade, v. I, e o eixo do sujeito, com História da sexualidade, vs. II e III. Certa-

mente, descobrirá que a concepção do autor vai muito além de considerar que, por baixo de todos os fenômenos, existe uma estrutura invariante, que constitui uma representação concebível da

realidade. E, mais, que a conferência proferida no Collège de France em dezembro de 1970 constitui uma demarcação dos parâmetros com base na qual será produzido o seu discurso.